

ZUENIR VENTURA

A força dos símbolos

A imagem do menino sírio Aylan Kurdi, de 3 anos, encontrado numa praia turca, naufrago de um barco com outros 11 refugiados, dividiu a imprensa no mundo entre a maioria dos grandes jornais que preferiu publicar a versão menos chocante — a de um policial carregando o corpo — e os que optaram pela foto mais impactante, do corpo de bruços, estendido na areia. No primeiro caso, o argumento para a opção de não publicar foi que a imagem iria ferir a sensibilidade dos leitores e seria um desrespeito à dignidade da família

do morto. De uma forma ou de outra, ela provocou um choque de realidade no mundo, sem o qual a Europa, provavelmente, continuaria fechando os olhos para a que é considerada a pior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. Faz lembrar o que aconteceu há 43 anos, quando a menina vietnamita Phan Thi Kim Phuc, de 9 anos, nua, chorando, fugindo do inferno, com 65% do corpo queimados por napalm, sacudiou a consciência dos americanos já meio anestesiada pela rotina do conflito e com isso ajudou a pôr fim à inconsequente aventura no Vietnã. Phan, vivendo no Canadá com seus dois filhos, se disse envergonhada de ver seu corpo nu exposto para o mundo. Mas ela mesma forneceu o principal argumento para a publicação: “Eu acho que todas as pessoas deveriam ver essa foto, porque ela mostra claramente como uma guerra é terrível para as crianças. Você pode ver o terror no meu rosto. Basta para

as pessoas aprenderem”. Em geral, a palavra suscita reflexão, enquanto a imagem produz reflexo. Nos exemplos da menina vietnamita e do menino sírio, porém, a fotografia exerce as duas dimensões, levando também à reflexão. No manual de jornalismo não existe um item sobre o que fazer em situações como essas especificamente. Fica a critério de cada editor decidir entre o que é choque necessário e o mero recurso apelativo. Nem sempre a escolha é fácil: a obrigação de atrair o interesse do leitor ou espectador é grande e às vezes faz ultrapassar fronteiras.

Foto mostrou que aquela multidão que arrisca a vida para fugir do terror e da miséria tem identidade, não é feita de números, são pessoas, são Aylans de várias idades

Quando uma imagem se torna símbolo de uma guerra ou de uma crise humanitária? Por que em meio a dezenas de fotos publicadas diariamente sobre a tragédia dos refugiados, justamente essa do menino foi a que comoveu o mundo? Talvez porque mostrou que aquela multidão que arrisca a vida para fugir do terror e da miséria tem identidade, não é feita de números, são pessoas, são Aylans de várias idades. Esse é o segredo da imagem quando se torna símbolo. Quem sabe a Humanidade tenha despertado para evitar que a cena da praia venha a ser uma alegoria — a do naufrágio do seu futuro.

Apenas o palpite de quem não é nem a Kogut nem o Xexéo. Mas, se for confirmado que o genial Alexandre Nero vai viver um paciente de esclerose múltipla, será um grande momento da nossa teledramaturgia. ●

ROBERTO DAMATTA

Como reunir?

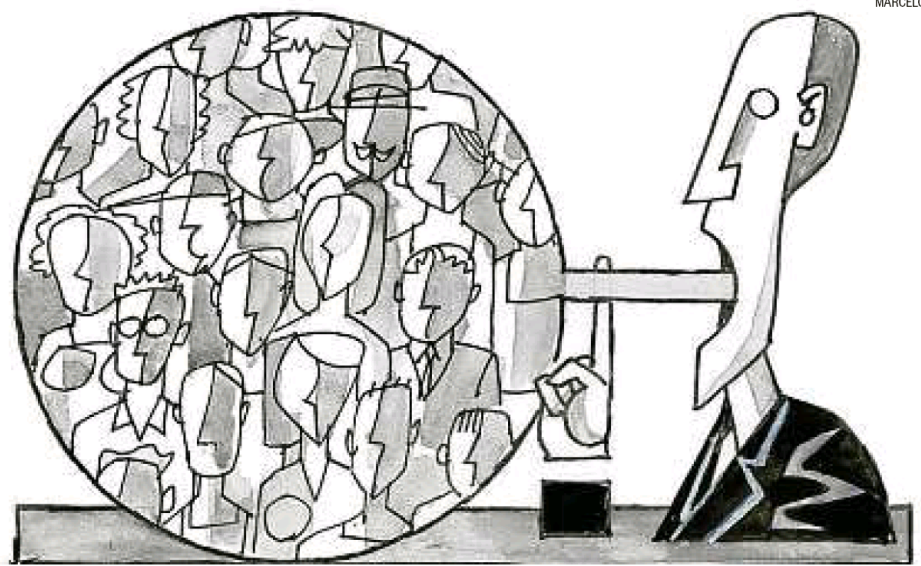
“É preciso que alguém tenha a capacidade de reunir a todos” (Michel Temer)

Seres humanos são duas coisas ao mesmo tempo. São indivíduos fechados nas suas sensibilidades e projetos, e são uma multidão de relações que redefinem a experiência individual, enfiando todos e cada um conjunto de elos sociais que os enredam em totalidades. E tais coletivos — famílias, classes sociais, segmentos, sindicatos, partidos, bairros, gênero, idade etc. — também têm suas percepções, sensibilidades, demandas e projetos.

Esse lado coletivo, obviamente, demanda um outro tipo de bom senso. Muitos acentuaram que pertencer é tão importante quanto comer, dormir ou beber. De fato, num conflito matamos, morremos e destruímos por uma bandeira. O lado individualista é, como dizia Durkheim, regido pelo egoísmo, mas o egoísmo foi aprendido como um valor na coletividade em que vivemos. Ninguém nasce feito e, embora existam feixes nervosos universais, o que eles ajudam a transmitir são as mensagens que aprendemos no grupo que nos fabricou e que se exprimem pela língua que define o nosso mundo. Ninguém é um planeta ou uma ilha. Estamos todos na corda bamba que oscila entre a queda no fosso dos interesses pessoais ou no implacável chão da honra coletiva.

O que ocorre quando indivíduos e coletividades perdem a sincronia e a ética das relações pessoais interfere sistematicamente e propositalmente com as normas coletivas? Sobretudo quando se passa de uma aristocracia para uma República? Quando, por exemplo, a ideia de se aproveitar de uma situação contrapõe os interesses individuais e os coletivos? “Viro” ministro e, tendo tomado “posse” do meu ministério, concebo um esquema pessoal de propinas que rende mais para mim e para quem comigo se associa, do que para o todo (o Brasil, por exemplo), para o qual o papel de ministro teria a preferência absoluta?

Quando o bem coletivo é substituído por uma “pessoa”, cria-se um conflito. Até onde a razão (e a moralidade) de uma pessoa (ou de um partido político) pode abusar, infantilizar e desafiar a razão nacional? Quem deve decidir quando se flagra um mensalão ou um unimaginável petrolão que, de um lado, são lidos como dispositivos para libertar o “povo brasileiro” e, de outro, são óbvias roubalheiras porque num sistema republicano a igualdade e a liberdade não podem — debaixo do risco de suicídio — confundir-se com imposturas e mistificações? E hoje, a igualdade tem a seu lado a transpa-



rência de uma vida social digitalmente conectada?

Numa democracia até mesmo a liberdade pode ser canibalizada, mas tal decisão teria que ser coletiva. No Brasil, e esse é um ponto básico, uma história social repleta das ambiguidades do familismo escravocrata, da aristocracia e do horror à competição e ao mérito conduziu ao populismo salvacionista e a uma ética da malandragem. Entre nós, os “nossos” fins justificam os “nossos” meios. Na dúvida, vale roubar. Se é de todos, é nosso.

Mas, eis a questão maior: se o equilíbrio entre os interesses de grupos e os da coletividade como um todo é mantido de modo relativo e contextual pela regra da lei que deve valer para todos; mas sobretudo pelas ambições políticas de cada pessoa ou do partido no poder, então o sistema cria um cipal de cordas bambas e demanda lideranças excepcionalmente sagazes para orientá-lo e mantê-lo. Afinal, que normas serão seguidas: as dos interesses nacionais (como todos afirmam) ou as “minhas” (como alguns escondem)?

O que ocorre quando os líderes são medíocres e o projeto político é comido pelo interesse pessoal (pelo enriquecimento) o qual, por sua vez, é um projeto valorizado no sistema cultural, mas afeta a economia? O que ocorre quando o pior do sistema político e econômico liga-se ao lado mais perverso do “ficar rico” simplesmente roubando recursos públicos como é o costume cultural?

Tais dilemas levam a uma contradição: trata-se do inominável fenômeno de o governo roubar o

país. Tal como ocorreria se você, leitor, decidisse roubar sua própria família. Como redimir um perverso individualismo que funciona dobrando a igualdade da lei com o jeitinho e o “você sabe com quem está falando” ao lado de um igualmente corrompido coletivismo populista, que promete dividir poder e riqueza com os excluídos por meio de um miraculoso chefe — o sorridente ditador que é um pobre ideológico (e um bilionário real) — sem que ninguém perca coisa alguma? Ou seja: falar num ajuste que jamais será realizado porque ele implica rever todo esse cenário?

Como congregar se o conjunto é feito de projetos egoístas e altruístas com uma liderança cuja origem foi inventada para manter este sistema? Como sair da crise maior se a presidente — escolhida a dedo como a grande gerentona — detesta administrar porque as demandas são simultaneamente individualistas e coletivistas? O resultado são dívidas políticas agravadas por uma crise financeira impagável. Dinheiros devidos ao povo que o governo jurou proteger e cuidar.

Um lado meu diz que a crise é um porre ideológico; um segundo afirma que ela é uma ressaca esquerdistas à brasileira e um terceiro prefere dar a palavra aos entendidos.

PS: para FHC pela sabedoria e serenidade. ●

Roberto DaMatta é antropólogo

Para fazer valer a Lei Áurea

PATRUS ANANIAS

Quando Joaquim Nabuco afirmava que a escravidão permaneceria “por muito tempo como característica nacional do Brasil”, não imaginaria que, ainda hoje, trabalhadores estariam submetidos a condições análogas à escravidão. Talvez menos ainda imaginaria que uma parte da sociedade brasileira, minoritária, seguiria questionando o trabalho do governo federal que já libertou 40 mil brasileiros.

Talvez Nabuco estivesse falando sobre a sutileza cotidiana de desigualdades renitentes em nossa sociedade. Mas ele lembrava também o papel ativo de Constituições como “pedra de toque” da superação da escravidão. Foi assim que a Constituição de 1890, ao declarar a liberdade

81/2014). Fruto de ampla mobilização da sociedade civil, já enfadada da persistência anacrônica da casa-grande, ainda carece de regulamentação pelo Parlamento.

Já o primeiro mecanismo, que prevê a desapropriação-sanção, está regulamentado pela lei 8629/93 e é aplicado pelo Incra há décadas. Alguns, porém, insistem no argumento de que, caso o imóvel rural seja “produtivo”,

Governo federal interpreta que ‘imóveis produtivos’ devem respeitar o patamar ético e humano, pois o centro do direito não é a

da Advocacia-Geral da União, o governo federal interpreta que “imóveis produtivos” devem respeitar o patamar ético e humano, pois o centro do direito não é a produtividade, mas o ser humano.

Essa rápida argumentação acima é que sustenta a Instrução Normativa (IN) 83, do Incra, cuja aplicação tem sido questionada. E a base para essa norma é o cumprimento integral da função social da propriedade (artigo 5) nos componentes econômico, ambiental, trabalhista e de bem-estar.

A IN 83 apenas adotou o procedimento de utilizar como “prova emprestada” os autos completos do Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à escravidão, nada mais. Com isso, o

a Constituição de 1988 pontuou a dignidade do trabalhador não só em enunciados, mas em mecanismos que garantissem a sua efetividade.

Declarar o princípio da dignidade humana e da valorização do trabalho (artigos 1º e 7º) só faz sentido prático se acompanhado de punição. A Carta Magna fez esta previsão: a desapropriação mediante indenização pelo descumprimento da função social (artigo 184) ou mesmo a expropriação sumária sem qualquer indenização (artigo 243).

O segundo mecanismo, o da expropriação sumária de áreas onde forem localizadas a exploração de trabalho escravo, é mais recente (EC

produtividade, mas o ser humano

mesmo mantendo trabalho escravo, estaria imune à desapropriação, pois propriedades produtivas seriam insuscetíveis de desapropriação (artigo 185).

Ora, como postulou o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau, a Constituição “não se interpreta em tiras, aos pedaços”, mas como um texto indissociável, na busca de uma sociedade justa, livre e solidária. Nesse sentido, desde 2005, com base em parecer de unidades setoriais

incra visa diminuir o tempo e os recursos em processos de desapropriação para reforma agrária por trabalho escravo. Como ser contra?

Para chegar definitivamente ao século XXI, é preciso dar a brasileiros que tiveram sua dignidade violada a oportunidade de voltar a sonhar com um Estado Democrático de Direito que os enxergue e os respeite. E, assim, fazer cumprir plenamente a Lei 3.353/1888, mais conhecida como Lei Áurea. ●

Patrus Ananias é ministro do Desenvolvimento Agrário

gataria a credibilidade.

Urge administrar o futebol com mais transparência e responsabilidade e a Lei de Responsabilidade Fiscal é um passo importante nesta direção.

Em última instância, é a busca pela vitória que cativa o torcedor. Parafraseando Vince Lombardi, poderíamos dizer que “vencer é só o que importa; desde que de acordo com as regras”. ●

Ronaldo Helal é professor da Faculdade de Comunicação Social da Uerj





Printed and distributed by PressReader

PressReader.com ♦ +1 604 278 4604

COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW